



INTERCÂMBIO

## Religião e Política: estratégias institucionais e acionamentos religiosos por candidatos evangélicos em eleições proporcionais (2008-2016)

### *Religion and Politics: Institutional Strategies and Religious Measures by Evangelical Candidates in Proportional Elections (2008-2016)*

*Frank Antonio Mezzomo\**

*Cristina Satiê de Oliveira Pátaro\*\**

**Resumo:** No presente artigo, discutimos as eleições ao legislativo municipal de Campo Mourão (PR) nos pleitos de 2008, 2012 e 2016, visando analisar de que forma os candidatos evangélicos vinculados à AD, IEQ e IURD acionam elementos religiosos em suas campanhas. Com base em materiais de divulgação – flyers, santinhos, programa eleitoral obrigatório e postagens nas redes sociais, entre outros – e em entrevistas semiestruturadas realizadas com os candidatos durante o período de campanha, buscamos identificar, em uma perspectiva longitudinal, os tipos de candidatura e apoio, as estratégias de campanha, os materiais produzidos e as interlocuções estabelecidas entre os candidatos, as Igrejas e o eleitorado. Os resultados evidenciam a presença de elementos religiosos no apoio das Igrejas, no nome eleitoral, na utilização de objetos sacros e frases bíblicas no material de campanha e, ainda, nas compreensões dos candidatos acerca da missão de moralizar o espaço público.

**Palavras-chave:** Política; eleições; religião; igrejas evangélicas; candidatos.

**Abstract:** In this paper, we discuss the 2008, 2012 and 2016 Campo Mourão Municipal Elections, in order to analyze how the evangelical candidates linked to Assembly of God (AG), Foursquare Church (FC) and Universal Church of the Kingdom of God (UCKG), trigger religious elements in electoral campaign. Based on campaign materials – flyers, mandatory electoral program, posts on social networks, among others – and semi-structured interviews conducted with the candidates during the campaign period, we aim at identify, from a longitudinal perspective, the types of candidacy and support, campaign strategies, materials produced and the dialogue established between the candidates, the churches and the electorate. The results show the presence of religious elements in different ways, such as the support of the churches, the electoral name, the use of sacred objects and biblical phrases in campaign material, and the candidates' understandings about the mission of moralizing the public space.

**Keywords:** Politics; elections; religion; Evangelical churches; candidates.

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Fundação Araucária. Editor da Revista NUPEM. [frankmezzomo@gmail.com](mailto:frankmezzomo@gmail.com)

\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Fundação Araucária. [crispataro@gmail.com](mailto:crispataro@gmail.com)

## Introdução

Em rápida consulta às redes sociais e a portais eletrônicos de ampla abrangência e acesso nacional, é possível identificar diversas notas e matérias que topicalizam o tema da religião na política brasileira: “Cuidado com os candidatos que só aparecem nas igrejas em época das eleições’, alerta pastor”; “Abuso de poder religioso entra na mira da Justiça Eleitoral”; “‘Deus ilumine vocês’: cassação de Cunha expõe diferenças entre deputados evangélicos”; “Denúncia contra Michel Temer: Como votará a bancada evangélica?”; “Secretária das Mulheres de Temer faz culto evangélico em gabinete”; “Crivella, entre a igreja e a gestão pública”; “Prefeitura do Rio faz censo religioso na Guarda Municipal”; “Lula e Doria são os preferidos de evangélicos para 2018, diz pesquisa”. Tais notas evidenciam que a presença pública da religião no cenário político há muito deixou de ser assunto exclusivo das discussões acadêmicas, e que parece se naturalizar como um elemento constituinte das relações sociais não apenas nas conversas cotidianas, mas sobretudo nas instâncias decisórias em diferentes esferas do Estado. Em especial, nesse movimento, as Igrejas evangélicas vêm se destacando e ganhando espaço, tanto nas disputas eleitorais, como também na composição de grupos que participam ativamente da política nacional.

Na esteira da atualidade desta temática, discutimos, no presente artigo, o acionamento de elementos religiosos por parte de candidatos evangélicos vinculados à Igreja Assembleia de Deus (AD), Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) por ocasião da realização de campanhas eleitorais. Tomamos como lócus de análise as eleições ao legislativo municipal de Campo Mourão, Paraná, nos pleitos de 2008, 2012 e 2016, visando identificar, em uma perspectiva longitudinal, os tipos de candidatura, as estratégias de campanha, os materiais produzidos e as interlocuções estabelecidas entre os candidatos, as Igrejas e o eleitorado.

Ao enfocarmos as campanhas eleitorais, é válido ressaltar que se trata de um período que explicita estratégias e relações de poder de diferentes grupos sociais, constituindo um *novo tempo*, o tempo da política. Compreende-se, por certo, que esse tempo não se restringe ao das eleições, e envolve mais do que a disputa entre os candidatos e a escolha de representantes pelos eleitores. No entanto, é durante esse período que se constroem discursos e marcadores que colocam em evidência, a todos os cidadãos, a esfera política na/da sociedade. É, assim, no período eleitoral, que são mobilizados grupos, forças e organizações partidárias, além da mídia, fazendo com que o eleitor passe a prestar atenção ao cenário político, sendo invocado a participar

dos pleitos como agente e protagonista. Cria-se, ainda, um cenário de disputa explícita, de separação, rituais e interdições autorizadas, de modo que se trata de um rearranjo de posições sociais (Palmeira, 2002, 2014; Cervi, 2010; Heredia, 1996). Em tal dinâmica, como vimos, a religião tem se mostrado um dado relevante, inserindo novos elementos de percepção, do lugar e das fronteiras entre os campos da política e da religião. É certo que os dois campos, no contrapelo de um discurso de laicização e secularização, têm cada vez mais se mostrado imbricados, a exemplo do que ocorre nos pleitos eleitorais, quando se assiste a uma circulação de agentes e pautas que ocupam e atendem, ao mesmo tempo, a instituição religiosa e a estrutura do Estado. Afinal, o processo de secularização ocorrido no Brasil não reduz a presença da religião do espaço público, sendo a pluralidade religiosa – que, no contexto brasileiro, vem implicando o enfraquecimento da Igreja Católica –, um elemento constituinte do próprio movimento secularizador (Giumbelli, 2008; Burity, 2011; Rivera, 2015).

No que se refere à problemática aqui discutida, a presente pesquisa tem como base o material empírico coletado pelo Grupo de Pesquisa Religião e Política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal ao longo das eleições proporcionais de Campo Mourão ocorridas entre 2008 e 2016<sup>1</sup>. Foram coletadas informações dos candidatos religiosos junto às convenções partidárias e ao Portal Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), além de material de campanha, tais como panfletos, santinhos, flyers, jornais, programas de rádio e televisão transmitidos em horário eleitoral obrigatório, e conteúdos divulgados nas redes sociais, em particular no Facebook. Além disso, durante o período de campanha eleitoral de cada pleito, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada um dos candidatos que mantinham vínculo com as Igrejas evangélicas.

### **Eleições ao legislativo municipal de Campo Mourão: candidaturas de agentes religiosos evangélicos**

Campo Mourão está localizado na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná e possui uma população estimada para 2016 de 93.547 habitantes (IBGE-Cidades, 2017). Quanto à distribuição referente ao pertencimento religioso, a Tabela 1 traz as informações demográficas de Católicos e Evangélicos no município de Campo

---

<sup>1</sup> A presente discussão está vinculada à pesquisa intitulada “Religião e política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal”, que conta com apoio do CNPq. No Portal Eletrônico do Grupo de Pesquisa Religião e política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal, podem ser acessadas outras informações sobre as pesquisas desenvolvidas, assim como produções de livros, capítulos de livros e artigos científicos.

Mourão, no Estado do Paraná e no Brasil, especificando o total de habitantes vinculados à AD, IURD e IEQ:

**Tabela 1:** Distribuição da população no Brasil, Estado do Paraná e município de Campo Mourão nas religiões Católica e Evangélica (AD, IURD, IEQ)

Religião	Brasil		Paraná		Campo Mourão	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Católica	123.280.173	64,6	7.268.935	69,6	60.513	69,4
Evangélica	42.275.440	22,2	2.316.213	22,2	20.720	23,8
Assembleia de Deus	12.314.410	6,4	467.274	4,5	3.289	3,8
Igreja Universal do Reino de Deus	1.873.243	1,0	75.638	0,7	465	0,5
Igreja do Evangelho Quadrangular	1.808.389	0,9	195.069	1,9	2.171	2,5
<b>Total da população</b>	<b>190.958.404</b>	<b>100,0</b>	<b>10.444.526</b>	<b>100,0</b>	<b>87.194</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Como podemos verificar, na relação com o Estado do Paraná e com o Brasil, o município de Campo Mourão apresenta algumas particularidades quanto ao pertencimento religioso dos evangélicos. Enquanto os dados referentes aos membros da AD e da IURD são percentualmente mais reduzidos, a população vinculada à IEQ em Campo Mourão é mais expressiva em relação aos dados do Estado e do país. Isso traz para o contexto do município uma dinâmica específica, na qual a IEQ ganha destaque, contando com quase 3 vezes o quantitativo de fieis em relação à IURD, enquanto se mantém a predominância da AD – como já ocorre em outros contextos brasileiros.

Nas eleições de 2008, a Câmara Municipal de Campo Mourão contava com 10 vagas ao legislativo municipal. Em 2012, esse quantitativo foi ampliado para 13 cadeiras, que permanecem até a atualidade. No pleito das três últimas eleições municipais proporcionais (2008, 2012 e 2016), foram identificados diversos candidatos considerados agentes religiosos, que recorreram a elementos religiosos ou declararam abertamente seu vínculo com Igrejas evangélicas durante a campanha eleitoral (Oro, 2001). Consta no Quadro 1 a relação dos agentes religiosos que participaram em cada eleição, indicando-se a vinculação partidária e religiosa, a quantidade de votos e se obteve ou não êxito no respectivo pleito.

**Quadro 1:** Agentes religiosos que se candidataram às eleições proporcionais de 2008, 2012 e 2016 em Campo Mourão.

Eleição	Nome	Partido	Vinculação Religiosa	Situação	Votos
2008	Olivino Custódio	PR	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Suplente	628
	Pastor Nonato	PTB	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Não eleito	304
	Professor Jacir	PSL	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Não eleito	445
	Izidoro Bueno	PTB	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	Não eleito	347
	Toninho Dondaque	DEM	Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB)	Não eleito	822
	Taborda	PR	Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB)	Não eleito	103
	Machado, o abençoado	PR	Igreja Presbiteriana Renovada (IPR)	Não eleito	460
	Pastor Joaquim	PR	Igreja Só o Senhor é Deus (ISSD)	Não eleito	135
2012	Anselmo Camargo	PR	Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD)	Suplente	522
	Edilson Martins	PSD	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Eleito	1.428
	Olivino Custódio	PR	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Eleito	654
	Pastor Ismael	PT	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Não eleito	163
	Pastor Geber Nasser	PSC	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	Não eleito	233
	Toninho Machado	PR	Igreja Presbiteriana Renovada (IPR)	Eleito	685
	Antônio Freire Vieira	PTN	Igreja Presbiteriana Renovada (IPR)	Suplente	89
	Machado	PR	Igreja Presbiteriana Renovada (IPR)	Suplente	456
	Pastor Joaquim	PMN	Igreja Só o Senhor é Deus (ISSD)	Suplente	124
	Aritônio Rangel	PSC	Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)	Não eleito	375
2016	Edilson Martins	PR	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Eleito	1293
	Olivino Custódio	PSC	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Eleito	769
	Pastor Pereira	PRP	Igreja Assembleia de Deus (AD)	Não eleito	271
	Pastor Valdir	PR	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	Não eleito	350
	Pastora Jurema	PPS	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	Não eleito	712
	João Marcos	PSB	Igreja Palavras que Curam (IPqC)	Não eleito	615
	Toninho Machado	PSC	Igreja Presbiteriana Renovada (IPR)	Não eleito	703
	Pastor Joaquim	PROS	Igreja Só o Senhor é Deus (ISSD)	Não eleito	223
	Otamar Pereira	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)	Não eleito	302

Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos verificar, nas eleições de 2008 foram 8 agentes religiosos que pleitearam uma vaga junto ao legislativo municipal, dentre os quais nenhum obteve êxito. Já em 2012, foram identificados 10 candidatos evangélicos, sendo que 3 foram

eleitos, e, em 2016, das 13 cadeiras à Câmara Municipal, 2 conquistaram vagas, dentre os 9 que se candidataram. Vale ressaltar que alguns dos agentes religiosos empreenderam candidaturas em mais de uma eleição – como é o caso de Machado, Pastor Joaquim, Toninho Machado, Olivino Custódio, Edilson Martins –, sendo que os 2 eleitos no último pleito já haviam, inclusive, exercido mandato na gestão anterior. Quanto aos partidos políticos, verifica-se que, embora haja uma diversidade na filiação dos candidatos evangélicos, é possível notar certa recorrência ao Partido da República (PR, 10 candidatos) e também ao Partido Social Cristão (PSC, 4 candidatos). Ambos os partidos vêm sendo indicados como siglas que têm apoiado candidaturas pentecostais, em especial vinculadas à AD (Oro; Carvalho Júnior, 2015; Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017). Além disso, vale mencionar que, no contexto político de Campo Mourão, o PR fez parte da coligação vencedora ao Executivo Municipal nos pleitos de 2004 a 2012, o que justifica parcialmente sua expressividade nas candidaturas proporcionais analisadas.

Já com relação à vinculação religiosa, e considerando a totalidade de candidaturas nas três eleições, identificamos que os candidatos eram vinculados às seguintes Igrejas: Assembleia de Deus (9), Igreja Presbiteriana Renovada (5), Igreja do Evangelho Quadrangular (4), Igreja Só o Senhor é Deus (3), Igreja Universal do Reino de Deus (2), Igreja Presbiteriana do Brasil (2), Igreja Adventista do Sétimo Dia (1) e Igreja Palavras que Curam (1). Assim, pode-se verificar que, enquanto algumas denominações evangélicas estiveram presentes em apenas um dos pleitos – IPB, IASD, IPqC –, outras são recorrentes nas três eleições – AD, IEQ, IPR, ISSD –, com exceção da IURD, que esteve presente em duas delas.

Tendo apresentado o panorama do município de Campo Mourão e das candidaturas de agentes religiosos à Câmara Municipal, analisaremos na sequência o perfil e desempenho dos candidatos vinculados à AD, IEQ e IURD nos últimos pleitos (2008, 2012, 2016), tendo em vista a representatividade local e nacional das três Igrejas, além da organicidade que vêm demonstrando em diferentes eleições no Brasil.

### **Eleição 2008: invocação dos elementos religiosos à margem do apoio oficial das Igrejas evangélicas**

Nas eleições de 2008, Campo Mourão contava com 60.386 eleitores aptos para a votação. Disputaram o Executivo municipal 2 candidatos: Tauillo Tezelli (PPS) – que já havia estado à frente da Prefeitura entre 1997 e 2003 – e Nelson José Tureck (PMDB), então prefeito do município e reeleito nesta ocasião com 52,96% dos votos, compondo a coligação “Campo Mourão de novo, com a força do povo”

(PTN / PSL / PR / PP / PMDB / PT). Quanto ao legislativo municipal, 76 candidatos pleitearam ocupar uma das 10 vagas. Deste total, identificamos 8 candidatos evangélicos, dentre os quais 3 eram vinculados à AD e 1 à IEQ. No pleito de 2008, nenhum dos agentes religiosos foi eleito.

Vinculados à AD, estiveram os candidatos Pastor Nonato, Olivino Custódio e Professor Jacir. Raimundo Nonato Ferreira da Silva candidatou-se pelo PTB, optando por apresentar-se como “Pastor Nonato”, destacando em seu nome de campanha a função ministerial desempenhada junto à Igreja. Membro da AD, exercia a função de pastor há mais de 12 anos quando concorreu à Câmara Municipal, em 2008. Na propaganda eleitoral obrigatória, Pastor Nonato se apresenta como auxiliar da AD, solicitando que o eleitor votasse “baseado em seus valores e princípios”, e garantia: “vou representar você como gostaria de ser representado, com Deus no coração” (Pastor Nonato. Horário eleitoral obrigatório, 2008). Em entrevista, declarou que a sua candidatura teve motivação pessoal, não sendo assumida oficialmente pela instituição religiosa, embora alguns membros tenham manifestado apoio (Pastor Nonato. Entrevista, 2008). Pastor Nonato obteve 304 votos e não foi eleito.

Olivino Custódio, filiado e então presidente do PR em Campo Mourão, é membro da AD desde 2000. Entre todos os agentes religiosos que se candidataram ao pleito de 2008, é o que apresenta a maior vivência na política, tendo sido eleito vereador nos anos de 1982 (PMDB) e 1988 (PDT), também no município de Campo Mourão. Nas eleições de 1992, ficou como suplente, tendo assumido como vereador durante alguns meses em 1994 e 1995 (Câmara Municipal de Campo Mourão, 2017). Em 2004, foi candidato pelo PSDB, embora não tenha obtido êxito. Em 2008, candidatou-se ao legislativo municipal sem o apoio oficial de sua Igreja. Olivino Custódio acredita que seu vínculo religioso não necessariamente o torna mais preparado para ocupar o cargo na Câmara Municipal, e entende que, do ponto de vista institucional, religião e política são campos que não devem se misturar. Ainda assim, o candidato menciona que o voto dos eleitores possui diversas motivações, tais como de parentesco, de amizade e, dentre eles, o vínculo religioso. Em sua propaganda eleitoral, é bastante sucinto: anuncia seu nome, pede voto apresentando seu número de legenda e finaliza com o bordão “Que Deus os abençoe” (Olivino Custódio. Horário eleitoral obrigatório, 2008). Olivino Custódio obteve 626 votos, ficando como 2º suplente na coligação e 1º suplente pelo partido.

O terceiro agente religioso vinculado à AD foi Professor Jacir – Jacir Ferreira da Conceição, filiado ao PSL. Na ocasião, participou pela primeira vez do pleito eleitoral,

embora tenha exercido o cargo de Secretário da Educação (2005-2006), além da direção do Centro Educacional de Jovens e Adultos do município. Como membro da AD, mencionou que a instituição religiosa não manifestou apoio oficial à sua campanha, uma vez que havia outros candidatos também vinculados a esta Igreja. Embora não tenha explicitado seu vínculo religioso durante a campanha, é possível identificar, em seu santinho, o seguinte trecho bíblico: “Tudo posso naquele que me fortalece. Deus é Fiel”. Ainda em seus materiais, menciona como prioridades em uma possível gestão as melhorias para os professores e a defesa dos funcionários públicos.

Segundo Professor Jacir, muitos fiéis escolhem seus candidatos a partir da motivação religiosa, de modo que se pode afirmar que “evangélico vota em evangélico” (Professor Jacir. Entrevista, 2008). Ainda de acordo com o candidato, política e religião são dois campos que não deveriam se misturar, pelas injustiças que podem ocorrer. Professor Jacir não foi eleito, obtendo um total de 445 votos.

Com relação aos agentes religiosos vinculados à IEQ, Izidoro Bueno foi o único candidato que participou do pleito de 2008. Tendo ficado como suplente nas eleições de 2004, candidatou-se pelo PTB, mas não foi eleito, obtendo 347 votos. A esse respeito, mencionou considerar o processo eleitoral bastante corrupto, sendo constante a compra de votos, além de ameaças que seus cabos eleitorais teriam sofrido durante a campanha. Membro da IEQ, declarou não exercer função específica na ocasião, embora já tivesse sido diácono, secretário e coordenador regional da Igreja. Em seu material de campanha, apresentou-se da seguinte forma: “Congrego na 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular desde 1996. Sou casado e tenho filhos. Peço oração, apoio e voto” (Izidoro Bueno. Material de campanha, 2008).

Em entrevista, o agente religioso afirmou que sua Igreja local permaneceu imparcial durante sua campanha, mas mencionou o apoio e incentivo por parte do Presidente Estadual da IEQ, bem como de membros-irmãos do município, que, conforme estratégia de campanha, deveriam se responsabilizar por conquistar mais três votos. Segundo Izidoro Bueno, o pertencimento a uma Igreja traz maiores responsabilidades à sua possível atuação política, uma vez que não estaria respondendo somente por si, mas pela instituição da qual é representante. Nesse sentido, afirma: “aquele que se diz crente não pode fazer errado” (Izidoro Bueno. Entrevista, 2008).

Como podemos constatar, nas eleições de 2008 os agentes religiosos identificados eram vinculados à AD (3 candidatos) e à IEQ (1 candidato), sendo que não houve eleitos dentre os investigados. Nenhuma das candidaturas mencionadas contou com apoio oficial de suas Igrejas, embora todos eles mencionem o apoio dos fiéis e



membros das instituições religiosas, local ou estadual. Ainda, a recorrência a elementos religiosos foi identificada não apenas nos materiais de campanha utilizados, mas também nas compreensões dos candidatos, por meio das entrevistas realizadas.

### **Eleição 2012: primeiras experiências em candidaturas oficiais da AD, IEQ e IURD**

Em 2012, 64.967 eleitores estavam aptos para escolher os representantes ao Executivo e Legislativo municipal de Campo Mourão. No referido pleito, 3 candidatos disputaram a Prefeitura do município: José Turozi (PV), que obteve 20,64% dos votos; Tauillo Tezelli (PPS), com 38,99%; e Regina Dubay (PR), então vice-prefeita, a qual foi eleita com 40,37% dos votos, tendo se lançado pela coligação “Campo Mourão para todos” (PRB / PDT / PT / PMDB / PSL / PTN / PR / PMN / PTC / PSD / PCdoB).

Quanto às eleições proporcionais, concorreram a uma das 13 vagas na Câmara Municipal 161 candidaturas, que foram homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dentre os 10 agentes religiosos identificados, 3 eram vinculados à AD, 1 à IEQ e 1 à IURD.

Em 2012, a AD lançou como candidato oficial Edilson Martins (PSD), que se candidatou ao Legislativo municipal pela primeira vez, embora já exercesse atividades junto à esfera pública desde 2003, quando respondeu como Secretário de Saúde, gestor de contratos e convênios, assessor da deputada estadual Marla Tureck e chefe de gabinete de Nelson Tureck, prefeito do município entre 2004 e 2012. Em sua campanha, contou com apoio de 7 cabos eleitorais, voluntários, além dos tradicionais santinhos, adesivos, perfurades<sup>2</sup>, placas e jingles.

Membro e músico da AD, Edilson Martins afirmou que foi escolhido como candidato oficial de sua Igreja, não obstante outros pleiteantes à Câmara também pertencessem à denominação religiosa. A definição pela candidatura oficial, segundo Edilson Martins, foi feita durante uma prévia realizada pela AD ainda no ano de 2011, já que, em eleições anteriores, nenhum vereador vinculado à Igreja havia obtido êxito eleitoral (Edilson Martins. Entrevista, 2012). Além de ter sido indicado oficialmente e recebido apoio de pastores e membros da AD, Edilson Martins também contou com apoio de pastores da Igreja Presbiteriana Renovada e da Igreja Brasil para Cristo. Foi eleito com 1.428 votos, obtendo a 3ª maior votação dentre os vereadores que passaram a compor a Câmara Municipal a partir de 2013.

---

<sup>2</sup> “Perfurades” são adesivos perfurados para aplicação em vidro.

Olivino Custódio, também vinculado à AD, esteve novamente como candidato ao Legislativo municipal em 2012. Filiado ao PR, do qual era presidente à época, lançou-se mais uma vez à Câmara sem o apoio oficial da instituição religiosa. A esse respeito, manifestou discordância em relação à postura da AD na indicação do candidato oficial, Edilson Martins, afirmando que o papel da Igreja seria no sentido de orientar os candidatos, e não necessariamente de indicar quem os fiéis devem apoiar nas eleições (Olivino Custódio. Entrevista, 2012).

Com o slogan “Homem de fé e coragem”, Olivino Custódio contou com quatro cabos eleitorais contratados, além de voluntários, tendo produzido materiais como santinhos, adesivos, perfurades, placas e jingles. Foi eleito com um total de 654 votos – 26 a mais que em 2008 –, ocupando a 13ª cadeira da Câmara Municipal de Campo Mourão.

Também membro da AD, Pastor Ismael (PT) candidatou-se pela primeira vez nas eleições de 2012. Em sua campanha, procurou realizar reuniões nas empresas, além de utilizar jingles, santinhos, adesivos e outdoor, tendo contado com o trabalho voluntário de aproximadamente vinte pessoas. Na propaganda eleitoral em rádio e televisão, assim anuncia sua candidatura: “busquei a confirmação através de uma Palavra Divina, faço parte de um novo tempo nesta cidade, preciso do teu voto”. (Pastor Ismael. Material de campanha, 2012).

Em entrevista, traz explícita a compreensão de que o vínculo religioso confere à sua atuação política uma maior integridade moral, o que faz, inclusive, com que outros evangélicos reconheçam e depositem o voto e a confiança em seu trabalho, como instrumento de Deus junto à Câmara Municipal. Nas palavras do próprio agente religioso: “A pessoa que é crente mesmo [...] vota no evangélico, porque o evangélico [...] tem uma tendência a seguir a Bíblia. [...] você coloca um pastor dentro da Câmara, você vai complicar os vereadores, [o pastor] não vai deixar roubar”. (Pastor Ismael. Entrevista, 2012). Apesar da grande recorrência a elementos religiosos na campanha e na construção de sua imagem, Pastor Ismael não obteve êxito eleitoral, atingindo um total de 163 votos.

Assim como a AD, a IEQ também adotou a estratégia de lançar candidatura oficial ao legislativo municipal, em 2012, representada, no caso, pelo Pastor Geber Nasser (PSC). Além do apoio da Igreja local, o candidato recebeu o endosso da IEQ estadual, por meio do Deputado Estadual Gilson de Souza (PSC) – também Pastor da IEQ, e cuja eleição ao Legislativo Estadual ocorreu com apoio oficial da instituição religiosa – e na esteira de um planejamento que estabeleceu como meta a eleição de 100 vereadores da IEQ no Estado do Paraná (Pastor Geber. Entrevista, 2012).

Pastor Geber já havia concorrido pelo PDS ao Legislativo de Foz do Iguaçu em 1988, ocasião em que não obteve êxito eleitoral. Dentre as atividades de sua trajetória política, destacam-se a presidência da União Municipal dos Estudantes, a diretoria do Sistema Nacional de Emprego, assessoria parlamentar, Secretaria da Indústria e Comércio, funções exercidas no município de Foz do Iguaçu, também no Paraná.

Na campanha de 2012, Pastor Geber contou com o trabalho de oito cabos eleitorais voluntários, sendo um membro de cada uma das seis igrejas de Campo Mourão, além de dois amigos, e teve seu foco voltado para visitas a domicílio. Não produziu jingles, nem fez uso de carros de som, placas e outdoors. Como material de divulgação, utilizou adesivos para carro e também os santinhos, que, peculiarmente, eram chamados por ele de “abençoadinhos”. Pastor Geber projetava na religião a legitimidade para sua campanha, ao afirmar: “Você sabe o que é meu caixa forte? Senhor Jesus, o maior caixa forte [...]. Eu creio nele. Porque eu não estou aqui à toa... Ele tem promessa pra mim e para a sua vida” (Pastor Geber. Entrevista, 2012). A compreensão do candidato evidencia a articulação entre os campos da religião e da política na medida em que endossa sua campanha mais no chamamento religioso do que propriamente em investimentos vultosos para produção de materiais e propagandas. Na eleição de 2012 em Campo Mourão, Pastor Geber obteve 233 votos e não foi eleito.

O quinto agente religioso nas eleições de 2012 é Aritônio Rangel da Silva, filiado ao PSC e vinculado à IURD, onde atuava como evangelista, dedicando-se aos cuidados de pessoas envolvidas com drogas, sendo sua candidatura apoiada oficialmente pela Igreja. Como material de campanha, utilizou-se de santinhos, além da realização de visitas e reuniões nas lojas do comércio local. O candidato mencionou que não mantinha grande interesse pela vida política, afirmando que sua candidatura era, antes de tudo, um compromisso com Deus e incentivado pela instituição religiosa: “Tudo o que eu estou fazendo hoje, primeiro é meu compromisso com Deus. [...] Se eu entrei nessa de candidato, é por isso. [...] A Igreja Universal oferece o apoio de conscientizar que a gente tem que ter alguém de caráter, de índole cristã dentro da Câmara” (Aritônio Rangel. Entrevista, 2012). Aritônio Rangel obteve 375 votos e não foi eleito.

Diferentemente das eleições de 2008, no pleito de 2012, dois dos cinco agentes religiosos investigados em nossa pesquisa foram eleitos. É possível perceber o apoio oficial das instituições religiosas a determinadas candidaturas, além da presença mais marcante, tanto nos materiais quanto nas compreensões dos candidatos, dos elementos religiosos acionados durante a campanha.

## Eleição 2016: elementos religiosos, candidaturas oficiais e o uso das redes sociais

Em 3 de outubro de 2016, segundo o TSE, 60.121 eleitores mourãoenses estiveram aptos para eleger os representantes à Prefeitura e à Câmara Municipal. O Executivo contou com a participação de 4 candidatos: Professor Everaldo Bertoldi (PSOL), que obteve 2,81% dos votos válidos; Rodrigo Salvadori (PSD), com 45,76% dos votos; Regina Dubay (PR), então prefeita do município e que, embora tenha contado com mais de 11 mil votos, teve sua candidatura indeferida pelo TSE; e Tauillo Tezelli (PPS), eleito com 51,43% dos votos, pela coligação “Campo Mourão pra frente outra vez” (PPS / PRP / PSDB / DEM / PRTB / PMB / PSL / SD). Já para a Câmara de Vereadores, concorreram 167 candidatos, dentre os quais 9 foram identificados como agentes religiosos, sendo 3 vinculados à AD, 2 à IEQ e 1 à IURD.

Edilson Martins (PR) foi um dos candidatos vinculados à AD, e que recebeu apoio oficial por parte da instituição religiosa. Pleiteou pela segunda vez uma vaga na Câmara Municipal, tendo feito parte da gestão 2013-2016. Em seus materiais de campanha, trabalhou com santinhos e perfurades com número e foto, utilizando desde a eleição passada, em 2012, o lema “Determinação e trabalho”, além de um jingle escrito e cantado por um pastor da AD, apresentando-se sempre como o representante da AD no legislativo municipal. Nas eleições de 2016, Edilson Martins utilizou-se com muita frequência das redes sociais, com postagens de fotos e vídeos de sua campanha, nos quais aparece junto de amigos, familiares e membros das ADs de Campo Mourão, além de evidenciar sua participação em cultos.

Segundo afirma o próprio agente religioso, sua candidatura foi aprovada e apoiada pela AD, entendendo a relevância de sua participação na esfera da política formal, em vista de defender a Palavra de Deus e de legislar em favor dos valores e dos princípios cristãos, como ocorreu, por exemplo, em 2015, nas discussões do Plano Municipal de Educação, durante as quais o então vereador posicionou-se contrário à chamada “ideologia de gênero” (Ribeiro; Pátaro; Mezzomo, 2016; Pinheiro, 2016). Durante a entrevista, o candidato afirmou que, caso obtivesse êxito na eleição, trabalharia em movimento contrário a qualquer atitude que “afrente a comunidade evangélica, católica, a família e os interesses da população” (Edilson Martins. Entrevista, 2016). Edilson Martins foi reeleito com 1.293 votos, sendo reconhecido como representante da AD no legislativo municipal.

O segundo candidato vinculado à AD foi Olivino Custódio (PSC), que concorreu uma vez mais às eleições sem o apoio oficial da instituição religiosa – assim como em 2008 e 2012 –, pleiteando novo mandato junto ao legislativo municipal de Campo Mourão. Com a ajuda de sua equipe, composta oficialmente por 22 pessoas, além de

voluntários, o candidato, assim como Edilson Martins, apostou nas redes sociais para a divulgação de seu nome. Em suas postagens, Olivino Custódio aparecia, por diversas vezes, em seu gabinete, com a Bíblia Sagrada sobre a mesa. Além disso, embora não tenha recebido o endosso oficial da Igreja, é possível identificar a presença e apoio de diversos membros da AD em suas divulgações, evidenciando, de alguma forma, a influência e a recorrência à religião em sua campanha.

Olivino Custódio, que já havia exercido diversos mandatos junto ao Legislativo municipal (1983-1988, 1989-1992, 1994-1995, 2013-2016), mencionou que tem consciência e faz questão de enfatizar que seus posicionamentos não são e não serão influenciados por questões religiosas. Segundo sua compreensão, os motivos que o levam a uma boa conduta não se fundamentam necessariamente na religião, mas na referência moral herdada da família, pela criação que teve e que busca repassar a seus filhos. Ao mesmo tempo, declara que não vai praticar o que não considera correto, de modo que “se não é certo e a Igreja me ensina que não é certo, eu não devo fazer” (Olivino Custódio. Entrevista, 2016). Nota-se, desse modo, que, embora a religião não seja vista como fator determinante, seus princípios servem, na compreensão do agente religioso, como orientação para suas condutas e decisões. Apesar de não possuir o apoio oficial de sua Igreja, Olivino Custódio foi reeleito com 769 votos, configurando-se como mais um agente religioso – ao lado de Edilson Martins, também vinculado à AD – a ocupar uma das vagas do legislativo municipal de Campo Mourão a partir de 2017.

Pastor Pereira foi o terceiro agente religioso vinculado à AD (Ministério Madureira, do qual é obreiro responsável). Nascido na política, como declara o próprio candidato, é natural da Paraíba, Estado no qual seu bisavô atuou como Governador. Realizou sua campanha acreditando no corpo a corpo, mas sem deixar de utilizar santinhos, perfurades e carro de som para a divulgação de seu nome. Contando com o trabalho de 63 pessoas, sendo 42 voluntários, dentre pastores das congregações e membros da Igreja, o agente religioso não fez uso intenso das redes sociais, e suas postagens se limitaram a apresentar sua candidatura e seu santinho.

Pastor Pereira menciona que, dentre suas propostas, caso fosse eleito, apresentaria demandas no sentido de investir em uma base missionária em Campo Mourão, sem sigla religiosa: “Trabalhar em cima de cursos teológicos, preparar pessoas, porque [...] o espiritual está muito escasso, os líderes olham mais para o lado financeiro e para o status, do que para a necessidade de trazer o povo, de chegar ao conhecimento do que é Deus” (Pastor Pereira. Entrevista, 2016). Assim, ressalta-se a preocupação do candidato com a formação teológica dos líderes religiosos, independente da

denominação, uma vez que, segundo sua compreensão, o prestígio e os aspectos financeiros de tais lideranças religiosas estariam sendo priorizados, em detrimento da dimensão espiritual. Pastor Pereira não foi eleito, tendo obtido 271 votos.

Nas eleições de 2016, dois candidatos estiveram vinculados à IEQ, expressando intensivamente sua identidade religiosa em suas campanhas. Pastor Valdir (PR), o primeiro deles, foi o candidato oficial da IEQ, acumulando em sua trajetória política uma experiência junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Campo Mourão na gestão 2013-2016. Ao explicar sobre o processo envolvido para sua candidatura, recorre ao Estatuto da IEQ, o qual estabelece os procedimentos para a indicação e o apoio a candidatos oficiais, cuja prática visa evitar a dispersão de votos, em busca de êxito nas diferentes eleições.

Como material de campanha, além de santinhos e perfurades, Pastor Valdir fez uso de postagens nas redes sociais, dentre as quais consta o vídeo de apoio por parte do deputado estadual Gilson de Souza (PSC) – membro da IEQ, já mencionado quando da campanha do Pastor Geber em 2012 –, cuja declaração veio a reforçar a oficialidade de sua candidatura não apenas em nível local, mas também estadual. Para Pastor Valdir, seu vínculo com a Igreja contribui para manter a ética no espaço público, provendo resistência às seduções e às dificuldades que possam vir a surgir, de modo que a religião o torna moralmente mais preparado para o exercício de suas funções políticas, sendo este, em seu entendimento, um diferencial em relação aos demais candidatos. Ademais, embora seja candidato pela IEQ, sinaliza que pretende dialogar com todos os segmentos sociais, entendendo que “quando a gente for tratar algum assunto polêmico, temos que se desvincular de qualquer grupo, de qualquer interesse e procurar ver o interesse do outro” (Pastor Valdir. Entrevista, 2016). Pastor Valdir recebeu 350 votos, não sendo eleito ao legislativo municipal de Campo Mourão em 2016.

Pastora Jurema (PPS) foi a segunda agente religiosa vinculada à IEQ nas eleições de 2016. Foi candidata a vice-prefeita do município em 2012, na chapa encabeçada por Tauillo Tezelli, que obteve 38,99% dos votos, ficando em segundo lugar. Em 2016, Pastora Jurema lançou-se como candidata a vereadora, sem o apoio oficial da IEQ. Ainda assim, em seu material de campanha, evocou com grande frequência os elementos religiosos, demonstrando enfaticamente seu pertencimento. Pastora Jurema utilizou a Bíblia como símbolo de sua campanha, aparecendo, em diversas imagens, com o livro sagrado, e levando-o em reuniões e também no dia da eleição. Ainda, ao divulgar sua biografia, a candidata menciona ter sido diretora do Instituto Bíblico Quadrangular e ressalta que a motivação de sua candidatura se baseia na crença de que “boa política se faz com gente do bem” e de que “não posso me omitir

diante de um propósito de Deus” (Pastora Jurema. Material de campanha, 2016). Essa mesma preocupação em fazer a diferença é reforçada por Pastora Jurema na entrevista realizada, durante a qual afirma: “É preciso atender ao apelo de Deus e unir as forças pelo bem comum. O Evangelho precisa ser vivido em sua plenitude e isso em todas as esferas da sociedade, inclusive nas instituições públicas como Prefeitura e Câmara de Vereadores” (Pastora Jurema. Entrevista, 2016). Embora não tenha sido eleita, a agente religiosa recebeu 712 votos, um quantitativo superior ao dobro de votos do Pastor Valdir, candidato oficial da IEQ, e, ainda, superior a outros candidatos que obtiveram êxito em função do coeficiente eleitoral.

Em 2016, a IURD adotou prática semelhante à campanha de 2012, lançando um candidato oficial para concorrer a uma vaga ao legislativo municipal, embora, nesse pleito, o candidato tenha sido Otamar Pereira, que se lançou pelo PRB. Em seu material de campanha, o agente religioso relata, em sua biografia, ser evangélico há mais de duas décadas, desenvolvendo intenso trabalho de evangelização, e faz questão de ressaltar sua conversão, evidenciando a importância da vinculação religiosa em sua vida: “Vivi até os 26 anos uma vida de solidão sem Deus, sem rumo, sem sentido. Até que brilhou a Luz e encontrei o Salvador JESUS, tudo mudou, hoje eu tenho vida, paz e salvação” (Otamar Pereira. Material de campanha, 2016).

O candidato reforça a orientação da IURD no sentido de que seus fiéis e membros de sua hierarquia participem ativamente da política formal, como inclusive ocorreu na indicação de seu nome, a fim de ter um representante iurdiano no Legislativo municipal. O agente religioso ainda relaciona o processo de escolha do candidato oficial de sua Igreja com uma obrigação outorgada por Deus, afirmando que o religioso que se envolve na política tem um caráter missionário: “o pastor da Igreja Universal tem o espírito de servo, então, se realmente ele é um servo, se ele for indicado para ir para a política, se o perfil dele cabe como político, então ele diz: ‘Eis-me aqui’” (Otamar Pereira. Entrevista, 2016). O candidato ainda manifesta seu interesse em defender, em eventual mandato, os princípios cristãos, afirmando: “família, casamento, sexualidade, liberdade religiosa. Eu tenho um compromisso com esses princípios, em defendê-los. Tenho que levar isso comigo e lá dentro representar esse direito de liberdade religiosa dentro da Câmara” (Otamar Pereira. Entrevista, 2016). Otamar Pereira não foi eleito, obtendo 302 votos.

Tivemos, assim, nas eleições de 2016, a participação de 6 agentes religiosos, sendo 3 vinculados à AD, 2 à IEQ e 1 à IURD, tendo como característica marcante o uso intenso das redes sociais na divulgação das campanhas. As três denominações religiosas optaram por manter a prática de candidatura oficial, embora em duas delas

(IEQ e IURD) tenha ocorrido mudança em relação ao candidato que havia sido apoiado em 2012, sem, contudo, alterar o resultado objetivo da eleição – afinal, em nenhum dos pleitos seus candidatos foram eleitos. Já a AD manteve o mesmo candidato nas duas eleições, vindo a ter um representante oficial na Câmara Municipal, além de outro candidato – Olivino Custódio, também vinculado à AD –, que foi reeleito em 2016, mesmo sem o apoio formal da Igreja.

### Estratégias institucionais e acionamentos religiosos pelos candidatos vinculados à AD, IEQ e IURD: uma análise longitudinal dos pleitos eleitorais

A sistematização dos dados produzidos em nossa pesquisa, em vista de investigar as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2008, 2012 e 2016, permite uma análise longitudinal da participação dos evangélicos nos pleitos eleitorais, sendo possível identificar permanências e mudanças no acionamento do religioso no campo político, evidenciando inclusive de que forma tal dinâmica vem se intensificando e complexificando ao longo do período analisado. A tabela a seguir sintetiza os dados dos agentes religiosos investigados, vinculados à AD, IEQ e IURD.

**Tabela 2:** Eleições proporcionais de Campo Mourão (2008, 2012, 2016): candidato, vínculo religioso, filiação partidária, quantidade de votos e situação.

Eleição	Candidato	Vínculo com a Igreja	Candidato oficial da Igreja	Partido	Votos	Situação
<b>Igreja Assembleia de Deus (3.289 membros*)</b>						
2008	Pastor Nonato	Pastor	Não	PTB	304	Não eleito
	Olivino Custódio	Membro	Não	PR	628	Suplente
	Professor Jacir	Membro	Não	PSL	445	Não eleito
2012	Edilson Martins	Membro	Sim	PSD	1.428	Eleito
	Pastor Ismael	Pastor	Não	PT	163	Não eleito
	Olivino Custódio	Membro	Não	PR	654	Eleito
2016	Edilson Martins	Membro	Sim	PR	1.293	Eleito
	Olivino Custódio	Membro	Não	PSC	769	Eleito
	Pastor Pereira	Pastor	Não	PRP	271	Não eleito



Eleição	Candidato	Vínculo com a Igreja	Candidato oficial da Igreja	Partido	Votos	Situação
<b>Igreja do Evangelho Quadrangular (2.171 membros*)</b>						
2008	Izidoro Bueno	Membro	Não	PTB	347	Não eleito
2012	Pastor Geber	Pastor	Sim	PSC	233	Não eleito
2016	Pastor Valdir	Pastor	Sim	PR	350	Não eleito
	Pastora Jurema	Pastora	Não	PPS	712	Não eleito
<b>Igreja Universal do Reino de Deus (465 membros*)</b>						
2012	Aritônio Rangel	Evangelista	Sim	PSC	375	Não eleito
2016	Otamar Pereira	Membro	Sim	PRB	302	Não eleito

\*Censo demográfico (IBGE, 2010).

Ao longo das 3 eleições, dentre as 15 candidaturas analisadas, pudemos verificar que a filiação partidária da grande maioria refere-se a partidos políticos de matriz ideológica de direita, com exceção de Pastor Ismael, pertencente à AD e cuja candidatura foi vinculada ao PT. Além disso, observa-se a existência de maior quantidade de candidatos da AD, sendo 3 em cada uma das eleições. Apenas em 2012 e 2016 houve a indicação de candidato oficial, Edilson Martins, que obteve êxito eleitoral em ambas as ocasiões. É ainda no caso dessa Igreja que podemos observar a recorrência dos mesmos candidatos, oficiais ou não, sendo que um deles participou dos 3 pleitos – Olivino Custódio, eleito nas duas últimas eleições. Dentre as candidaturas analisadas, a AD é a única Igreja que teve agentes religiosos eleitos para a Câmara Municipal de Campo Mourão, o que ocorreu nas eleições de 2012 e 2016. No caso da IEQ, também é possível observar a participação de agentes religiosos nas 3 eleições, embora que apenas a partir de 2012 a Igreja tenha optado pela estratégia de candidatura oficial e, ainda, diferentes candidatos participaram de cada um dos pleitos. Outro elemento a ser destacado é que, nas eleições de 2016, o candidato oficial, Pastor Valdir, obteve menos da metade dos votos conquistados pela Pastora Jurema, também vinculada à IEQ, mas que não obtivera apoio oficial da Igreja. Já a IURD apostou em dois candidatos diferentes, um nas eleições de 2012 e outro em 2016, ambos indicados como oficiais e que não obtiveram êxito eleitoral.

Com base no exposto, é possível afirmar que, além da indicação da Igreja, para a definição e a construção das candidaturas, outros vetores são acionados, como o interesse e articulações do próprio candidato, os recursos e equipe de apoiadores. Assim, há outros setores da sociedade que são mobilizados para as campanhas, e que

não estão necessariamente restritos ou dependentes da Igreja. Essa constatação, com base na Antropologia da Política, leva-nos a compreender os múltiplos fatores e processos envolvidos na política, a qual não pode ser tomada a partir de uma concepção apriorística e universal, mas que deve se articular a uma dimensão da subjetividade, da compreensão dos próprios agentes sociais envolvidos – ou, como preferem alguns antropólogos, ser investigada a partir da concepção do nativo (Goldman, 2000; Kuschnir, 2007; Peirano, 2002).

Ainda, os dados analisados reforçam o que já vem sendo apontado pela literatura das Ciências Humanas e Sociais, acerca da participação dessas religiões (AD, IEQ e IURD) em pleitos municipais, estaduais, nacionais. Nesse sentido, destaca-se que as Igrejas evangélicas vêm desenvolvendo estratégias para ocupação do espaço público, trazendo novas pautas e reconfigurando as disputas e a dinâmica do campo político brasileiro. Tal movimento está presente não apenas nos debates acadêmicos, mas também vem ganhando espaço na opinião pública, na medida em que passa a ser assunto recorrente na mídia nacional e nas redes sociais, evidenciando a importância que os agentes religiosos evangélicos vêm assumindo no cenário político do país. Ademais, vale ressaltar que, ao menos no cenário político eleitoral de Campo Mourão, os evangélicos – ainda que apresentem características e estratégias específicas de cada denominação – têm se constituído como o grupo religioso que mais se destaca, pela presença e organização na ocupação do espaço público, recorrendo aos elementos religiosos para a campanha eleitoral, e chegando inclusive a ocupar vagas e pautar suas demandas no legislativo municipal.

Outro elemento a ser analisado diz respeito à performance adotada pelas Igrejas no que se refere às candidaturas de agentes religiosos. Como vimos, em 2008 nenhuma das três denominações religiosas fez uso da candidatura oficial como estratégia eleitoral, sendo possível observar, apenas a partir de 2012, o posicionamento formal e explícito das instituições evangélicas nas eleições proporcionais de Campo Mourão.

A respeito da atuação das Igrejas evangélicas em processos eleitorais brasileiros, é fato que a IURD tem se destacado, não apenas pela estratégia de definição de candidato oficial, mas também por sua estrutura hierárquica e centralizada, ampliando e intensificando a campanha eleitoral e minimizando a dispersão de votos para outros candidatos, religiosos ou não. Esse sistema consiste em um planejamento racional no qual a escolha dos representantes é realizada exclusivamente pelos dirigentes regionais e nacionais da IURD, dispensando a prática de consulta preliminar aos membros e às igrejas locais, ainda que o carisma pessoal do candidato

possa influenciar na sua indicação. Além da obediência à hierarquia, o perfil do político iurdiano deve atender a critérios como ausência de interesses pessoais, adoração e veneração a Jesus Cristo, caráter e compromisso com os mais necessitados (Campos, 2013; Miranda, 1998; Oro, 2003; Santos, 2008) –, elementos que são destacados tanto por Aritônio Rangel quanto por Otamar Pereira, pleiteantes às vagas no legislativo municipal de Campo Mourão. Vale dizer que tal apoio institucional não é garantia de sucesso eleitoral, tampouco da fidelização dos eleitores, mas a prática desta instituição religiosa tem demonstrado resultados promissores em diversos municípios e Estados, sobretudo em eleições proporcionais, na medida em que evita a pulverização e a disputa por votos em uma mesma região. Tais resultados, no entanto, não se confirmaram em Campo Mourão, visto que o quantitativo de votos obtidos pelos candidatos da IURD, nas eleições em que houve essa indicação (2012 e 2016, apenas), foi insuficiente para a conquista de êxito eleitoral – muito embora possa ser considerado significativo, tendo em vista a quantidade de membros iurdianos no município. Ademais, vale ressaltar que, em ambas as campanhas, o apoio institucional não se faz tão presente nos materiais de divulgação quanto no caso da IEQ e da AD.

Quanto à IEQ, podemos afirmar que sua articulação junto ao campo político nacional ganhou maior organicidade a partir de 1999, com a criação de dois órgãos – Coordenação Nacional de Ação Política e Secretaria Geral de Cidadania –, responsáveis pela articulação política da instituição e pelo trabalho de conscientização dos fiéis, respectivamente, esta última com a incumbência de mobilizar os membros quanto à importância da atuação da igreja no cenário político nacional, estadual e municipal (Paula, 2012). Em especial, destaca-se o “Projeto de Cidadania”, cujo objetivo é “fomentar a participação de homens e mulheres de bem, tementes a Deus, que prezam pelos valores da família e que estejam dispostos a fazer a diferença na construção de uma sociedade melhor” (“Folha Quadrangular”, 2017). Em suma, além de promover a inserção colaborativa de seus membros junto aos setores públicos, a proposta é a de preparar candidatos vinculados à Igreja, que possam concorrer a eleições proporcionais e majoritárias. Com essa estratégia, em 2016, a IEQ do Paraná comemorou os resultados obtidos com a eleição de 1 prefeito, 23 vereadores e 8 suplentes, em diferentes municípios do Estado. No caso dos três pleitos eleitorais em Campo Mourão, é possível identificar, a partir das colocações dos quatro candidatos envolvidos, não apenas a vinculação a um projeto denominacional da IEQ, como o apoio e envolvimento da estrutura em nível estadual. No entanto, para efeito de lançamento das candidaturas – que está

inclusive regulamentada em seu Estatuto –, é possível afirmar que o processo de escolha de seu representante ocorre de forma descentralizada, uma vez que “a IEQ não compartilha do verticalismo e reconhece a liberdade dos fiéis de escolher seus candidatos, sejam eles evangélicos ou não” (Oro, 2003: 297). Tal prática parece distanciar-se da forte hierarquização e centralização já apontada no caso da IURD.

Já no caso da AD, a estratégia de atuação em eleições tem sido, em nível nacional, semelhante à da IURD desde 2002, com vistas a concentrar votos em determinados candidatos, minimizando a dispersão da campanha e consequentemente de eleitores (Maia, 2006; Campos, 2013). Não obstante a tentativa de dar organicidade às campanhas, é possível afirmar que a AD tem encontrado dificuldades, em âmbito local e nacional, dada a sua organização congregacional, que confere certa independência e autonomia às igrejas. A AD, diferentemente da IURD, não impede que outros fiéis se candidatem aos cargos eletivos, além de não exercer pressão direta e de dar liberdade para que seus membros optem por votar em outros candidatos que não aqueles indicados por sua igreja (Oro, 2001, 2003). Essa foi inclusive a realidade de Campo Mourão nos três pleitos analisados, quando houve, em cada uma das eleições, três candidatos vinculados à AD. Contudo, duas observações quanto ao desempenho da AD nas eleições fazem-se pertinentes. Em primeiro lugar, seu apoio oficial, que ocorreu nos dois últimos pleitos, foi direcionado ao mesmo candidato, de modo a evidenciar a preocupação em construir uma candidatura que fosse do conhecimento dos eleitores e que passasse a se constituir como uma referência não apenas junto aos fiéis, como também junto à própria Igreja, representando seus interesses na política institucional. Em segundo lugar, embora outros candidatos vinculados à AD tenham participado dos pleitos analisados, a pulverização de votos não chegou a comprometer o êxito da Igreja, já que se trata da única instituição religiosa que teve seu representante eleito.

No que diz respeito ao acionamento dos elementos religiosos pelos candidatos analisados, também é possível observar semelhanças e especificidades. Em primeiro lugar, vale destacar que, de maneira geral, as campanhas eleitorais parecem assumir características diferentes em cada pleito eleitoral. Nesse sentido, independente da denominação religiosa, percebe-se acionamentos menos intensos e explícitos nos materiais de divulgação de 2008 do que aqueles identificados nos anos de 2012 e 2016. Ao mesmo tempo, a campanha eleitoral de 2016 foi marcada pelo uso intenso das redes sociais – com o uso frequente de postagens contendo declarações de apoio, imagens dos candidatos ao longo da campanha, divulgação de ações realizadas, entre

outros –, o que não ocorreu nas demais. Por outro lado, os dados analisados não nos permitem afirmar que existe um estilo denominacional de fazer campanha, afinal, os candidatos das diferentes Igrejas apresentam semelhanças nas estratégias, nas formas de recorrer aos elementos religiosos e de apresentar o material de campanha.

Ao mesmo tempo, embora com intensidades variadas, é possível perceber, em todos os casos, que os elementos religiosos são apresentados como um diferencial, que influenciam e orientam as ações dos candidatos, diante dos valores proporcionados pelos ensinamentos cristãos, que não permitirão que tomem decisões erradas. Ainda, o político religioso coloca-se como o escolhido pela Igreja e por Deus, e diante desta unção possui uma missão de transformar e purificar não somente a Câmara dos Vereadores, mas a política como um todo. Os trechos do Quadro 2 evidenciam essa compreensão:

**Quadro 2:** Religião como diferencial de campanha, a partir da compreensão dos candidatos

“aquele que se diz crente não pode fazer errado” (Izidoro Bueno, IEQ. Entrevista, 2008).

“busquei a confirmação através de uma Palavra Divina, faço parte de um novo tempo nesta cidade” (Pastor Ismael, AD. Material de campanha, 2012).

“Porque eu não estou aqui à toa... Ele tem promessa pra mim e para a sua vida” (Pastor Geber, IEQ. Entrevista, 2012).

“se não é certo e a Igreja me ensina que não é certo, eu não devo fazer” (Olivino Custódio, AD. Entrevista, 2016).

“boa política se faz com gente do bem [...] não posso me omitir diante de um propósito de Deus” (Pastora Jurema, IEQ. Material de campanha, 2016).

“família, casamento, sexualidade, liberdade religiosa. Eu tenho um compromisso com esses princípios, em defendê-los. Tenho que levar isso comigo” (Otamar Pereira, IURD. Entrevista, 2016).

Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos constatar nas frases acima, há uma insistência na ideia de os candidatos evangélicos se colocarem como escolhidos, o que vem em consonância com o que aponta a literatura, quando afirma que o sentido dado ao vínculo religioso no desempenho das funções políticas de um indivíduo assume um caráter missionário quando o candidato apresenta-se como defensor e agente de moralização do espaço público, que assume o papel de exorcizar o mal da política (Santos, 2008; Campos, 2010; Steil, 2001). Nesses casos, sobressai uma estrita “concepção ética da política”, a partir da qual bastaria ao governante conjugar em sua plataforma eleitoral a defesa da moral e dos bons costumes como elementos suficientes para justificar um bom mandato (Veyne, 1987 *apud* Goldman, 1999).

### Quadro 3: Atuação dos candidatos na relação com a instituição religiosa

“evangélico vota em evangélico” (Professor Jacir, AD. Entrevista, 2008).

“A Igreja Universal oferece o apoio de conscientizar que a gente tem que ter alguém de caráter, de índole cristã dentro da Câmara” (Aritônio Rangel, IURD. Entrevista, 2012).

“se eleito eu for, vou contemplar uma igreja, vou [...] chamar os pastores e quem de direito, [...] para] me apresentar um projeto social onde esse dinheiro vai ser investido [...] Mas, por que as igrejas? Porque nas igrejas está o público” (Pastor Geber, IEQ. Entrevista, 2012).

“se nós não tivermos representantes que defendam o que nós estamos [...] pregando, então não haveria motivo de ter ali [na Câmara] esses políticos, e muito menos estar ali fazendo por enganação” (Edilson Martins, AD. Entrevista, 2016).

“Por que o pastor da Igreja Universal tem o espírito de servo, então se realmente ele é um servo, se ele for indicado para ir para a política, [...] então ele diz: ‘Eis-me aqui’” (Otamar Pereira, IURD. Entrevista, 2016).

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro elemento a ser ressaltado é que, em alguns momentos, os candidatos mencionam uma preocupação em legislar para todos. Não obstante, podemos

destacar em suas falas diversos elementos que apontam para certa postura corporativista, não apenas na relação entre o candidato e a Igreja, como também na estratégia de convencimento adotada junto ao eleitorado, ao se colocar como crente ou representante oficial da Igreja, em uma ação deliberada de se associar ao carisma institucional. As passagens do Quadro 3 expressam essa compreensão, e reforçam a constatação, já indicada por outros autores, de que a inserção de políticos evangélicos contribui para o acirramento de práticas corporativistas e clientelistas, presentes historicamente na cultura política nacional (Machado; Burity, 2014; Machado, 2003, 2006; Rivera, 2015).

### Considerações finais

Na análise das últimas três eleições proporcionais em Campo Mourão, pudemos identificar, em todos os casos, a presença de elementos vinculados às religiões, seja pelo uso da função eclesiástica como parte do nome eleitoral – como “Pastor” –, seja pelos objetos sacros na divulgação da campanha – como a Bíblia –, seja pelas recorrências a frases bíblicas que enaltecem a escolha divina e o diferencial moralizador de tais candidaturas, além do apoio dado pela membresia e a chancela oferecida pela Igreja. Assim, esses acionamentos confirmam que as formas contemporâneas da religião se fazem visivelmente presentes na esfera da política, trazendo diferentes impactos e disputas entre os atores, de modo que religião e política – a despeito da laicidade do Estado e da secularização da sociedade – devem ser vistas como esferas que se articulam e se influenciam mutuamente (Sanchis, 2001; Burity, 2001, 2008).

Nesse sentido, a utilização de elementos religiosos nas campanhas eleitorais, identificadas em 2008, 2012 e 2016 em Campo Mourão, parece guardar similaridades com outros pleitos ocorridos nacionalmente, nos quais se constata o apoio ativo e simbólico das religiões – nesse caso em particular das evangélicas – a candidatos que venham representar e defender suas pautas cristãs, como é o caso, por exemplo, da constituição de bancadas evangélicas em diferentes Estados e no Congresso Nacional (Vital da Cunha; Lopes, 2013). Desse modo, parece correta a compreensão de que não é possível desconsiderar o potencial político das organizações religiosas – sobretudo as evangélicas –, não apenas nos pleitos eleitorais, como também na composição dos grupos que podem ou não viabilizar a governabilidade dos poderes executivo e legislativo (Oro; Mariano, 2010; Rivera, 2015).

Destacamos, por fim, que a recorrência a elementos religiosos por parte dos candidatos pleiteantes a uma vaga na Câmara Municipal de Campo Mourão, ao longo dos três últimos pleitos, visa a agregar não apenas a simpatia do eleitorado, mas também colocá-lo como um representante legítimo de determinados agrupamentos coletivos, no caso, os grupos religiosos evangélicos. Os resultados de nossa pesquisa, no entanto, motivam a refletir sobre o acionamento de outros condicionantes sociais e outras lógicas de poder envolvidos no processo eleitoral que, conjugados aos elementos religiosos, podem ou não ser convertidos em resultado promissor nas eleições.

## Fontes

Aritônio Rangel. *Entrevista*. Campo Mourão, 2012.

Câmara Municipal de Campo Mourão. *Portal Eletrônico*. Disponível em: <http://www.campomourao.pr.leg.br/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Edilson Martins. *Entrevista*. Campo Mourão, 2012.

Edilson Martins. *Entrevista*. Campo Mourão, 2016.

IBGE-Cidades. *Campo Mourão*, PR. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/9P4>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Izidoro Bueno. *Entrevista*. Campo Mourão, 2008.

Izidoro Bueno. *Material de campanha*. Campo Mourão, 2008.

Olivino Custódio. *Entrevista*. Campo Mourão, 2012.

Olivino Custódio. *Entrevista*. Campo Mourão, 2016.

Olivino Custódio. *Horário eleitoral obrigatório*. Campo Mourão, 2008.

Otamar Pereira. *Entrevista*. Campo Mourão, 2016.

Otamar Pereira. *Material de campanha*. Campo Mourão, 2016.

Pastor Geber. *Entrevista*. Campo Mourão, 2012.

Pastor Ismael. *Entrevista*. Campo Mourão, 2012.

Pastor Ismael. *Material de campanha*. Campo Mourão, 2012.

Pastor Nonato. *Entrevista*. Campo Mourão, 2008.



Pastor Nonato. *Horário eleitoral obrigatório*. Campo Mourão, 2008.

Pastor Pereira. *Entrevista*. Campo Mourão, 2016.

Pastor Valdir. *Entrevista*. Campo Mourão, 2016.

Pastora Jurema. *Entrevista*. Campo Mourão, 2016.

Pastora Jurema. *Material de campanha*. Campo Mourão, 2016.

Professor Jacir. *Entrevista*. Campo Mourão, 2008.

“Projeto de cidadania” da IEQ registra crescimento no Paraná. *Folha Quadrangular*, edição 07, ano 06, pp. 04-05, fev. 2017. Disponível em: <http://www.portalquadrangular.org.br/folha/edicao7.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

## Referências

BURITY, J. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Estudos da Religião*, n. 4, São Paulo, 2001, pp. 27-45.

\_\_\_\_\_. Religião, política e cultura. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, São Paulo, 2008, pp. 83-113.

\_\_\_\_\_. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

CAMPOS, L. S. Evangélicos e política no Brasil: análise das eleições de 2002 a 2010 para Câmara Federal. In: PÁTARO, C. S. O.; HAHN, F. A.; MEZZOMO, F. A. (Orgs.). *Instituição e sociabilidades: religião, política e juventudes*. Campo Mourão: Fecilcam, 2013, pp. 63-102.

\_\_\_\_\_. O projeto político de “governo do justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. *Debates do NER*, ano II, n. 18, Porto Alegre, 2010, pp. 39-82.

CERVI, E. U. O “tempo da política” e a distribuição de recursos partidários: uma análise do HGPE. *Em Debate*, v. 2, n. 8, Belo Horizonte, 2010, pp. 12-17.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, n. 28, Rio de Janeiro, 2008, pp. 80-101.

GOLDMAN, M. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, 2000, pp. 311-332.

\_\_\_\_\_. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

HEREDIA, B. Política, família, comunidade. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, pp. 57-71.

KUSCHNIR, K. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, São Paulo, 2007, pp. 163-167.

MACHADO, M. D. C. Existe um estilo evangélico de fazer política? In: BIRMAN, P. (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar Editorial, 2003, pp. 283-305.

MACHADO, M. D. C.; BURITY, J. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 3, Rio de Janeiro, 2014, pp. 601-631.

MACHADO, M. D. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAIA, E. L. C. Os evangélicos e a política. *Em Tese*, v. 02, n. 04, Florianópolis, 2006, pp. 91-112.

MIRANDA, J. O jeito cristão de fazer política. In: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (Orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998, pp. 281-323.

ORO, A. P. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, v. 2, n. 3, Porto Alegre, 2001, pp. 09-70.

\_\_\_\_\_. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, São Paulo, 2003, pp. 53-69.

ORO, A. P.; CARVALHO Jr., E. T. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, ano 16, n. 27, Porto Alegre, 2015, pp. 145-171.

ORO, A. P.; MARIANO, R. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, v. 18, Porto Alegre, 2010, pp. 11-38.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002, pp. 171-177.

\_\_\_\_\_. Memorial do candidato. *Mana*, v. 20, n. 2, Rio de Janeiro, 2014, pp. 371-409.

PAULA, V. A. S. *Religião e política no Vale do Paranapanema: a Igreja do Evangelho Quadrangular em Assis-SP (1996-2008)*. Dissertação (Mestrado), Unesp, Assis, 2012.

PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PINHEIRO, A. C. *Religião e política: análise dos mandatos de agentes religiosos no legislativo municipal de Campo Mourão*. Dissertação (Mestrado), Unesp, Campo Mourão, 2016.

RIBEIRO, A. S.; PÁTARO, C. S. O.; MEZZOMO, F. A. Religião e “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE). *Relegens Thréskeia*, v. 05, n. 02, Curitiba, 2016, pp. 56-70.

RIVERA, D. P. B. Tensiones entre pluralismo religioso y derechos humanos en el Brasil contemporáneo. *Religare*, v. 12, n. 01, João Pessoa, 2015, pp. 128-151.

SANCHIS, P. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. *Ciências Sociais e Religião*, ano 3, n. 3, Porto Alegre, 2001, pp. 27-43.

SANTOS, M. M. “Tribunos do povo, servos de Deus”: um estudo antropológico sobre políticos e religião na cidade de Porto Alegre. *Revista Antropológicas*, v. 12, n. 19, Recife, 2008, pp. 201-239.

STEIL, C. A. Eleições, voto e instituição religiosa. *Debates do NER*, ano 2, n. 3, Porto Alegre, 2001, pp. 73-85.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L.; LUI, J. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

Recebido em: 19/08/2017

Aprovado em: 12/12/2017